



CRISE

Integrantes da Suprema Corte lidam com os desdobramentos da emenda que limita os poderes dos magistrados. Especialistas destacam a escalada da tensão entre as instituições

Confronto com o Congresso fragiliza STF

» LUANA PATRIOLINO
» EVANDRO ÉBOLI

O Supremo Tribunal Federal (STF) voltou aos holofotes na última semana por conta da aprovação de uma emenda que limita poderes de ministros da Corte. O episódio causou incômodo entre os magistrados e, segundo apurou o **Correio**, deixou o presidente da Casa, Luís Roberto Barroso, “muito abalado”.

O tribunal trabalha com a possibilidade de barrar a proposta aprovada em dois turnos pelos senadores e que segue para tramitação na Câmara dos Deputados. Na semana passada, o presidente do STF e os ministros Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes criticaram publicamente a aprovação da proposta. Os magistrados falaram em “intimidação”, “retrocesso” e “ataque à democracia”.

Nos bastidores, eles e os outros integrantes do Supremo reconhecem que a crise está instalada e a imagem da Corte, desgastada. Agora, aguardam para que sejam acionados e possam julgar a proposta que trata de seus próprios poderes. Consequentemente, devem lidar com novos embates entre as instituições.

“O tempo da política sofre com os destemperos da relação entre os poderes da República. A questão é que estamos a atravessar uma mudança na governabilidade, enquanto temos a

dificuldade do governo Lula com a governança. Passados 11 meses, o Executivo ainda bate cabeça em torno de um projeto e de um orçamento público que permita estabelecer recursos para custeá-lo, seja como for”, avalia o analista político Melillo Dinis.

Ele critica a postura dos congressistas para a aprovação da PEC. “O Legislativo, por várias razões e a partir de vários atores, têm ampliado o seu parlamentarismo de coação. O Judiciário, mega exigido como espaço de contenção no governo anterior, não encontrou o rumo nesta fase e teve que enfrentar a ressaca do 8 de janeiro, que ainda perturba suas relações com a política”, destacou.

Escalada da tensão

Ao incluir o STF nas suas pautas de votação, com um propósito de desidratá-lo, o comando do Senado assumiu um caminho arriscado e de desfecho incerto, avaliaram políticos e especialistas. A movimentação do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), se é visto por um lado como exitosa perante uma parcela política, como os bolsonaristas, por outro é tida como uma ação de interesse quase individual para colher frutos eleitorais e sem noção das consequências, como avaliam ministros do STF parlamentares e auxiliares do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Carlos Moura/SCO/STF



Ministro Luís Roberto Barroso estaria abalado por conta da crise

A combinação que uniu de um mesmo lado aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), Centraão, apoiadores do Planalto e até o líder do governo, Jaques Wagner (PT-BA) — com 52 votos a favor da emenda constitucional — sob o comando de Pacheco, foi a sinalização de que a política decidiu se intrometer de vez no Judiciário.

O que antes era queixa de seguidores do ex-presidente, que ameaçam ministros da Corte, falaram em fechar o STF e destruíram parte do Supremo no 8 de janeiro, virou realidade. A revolta desse grupo contra o tribunal saiu dos cartazes pregando que “Supremo é o povo” e virou emenda constitucional que restringe poderes dos ministros.

Para o advogado Renato Ribeiro de Almeida, especialista em direito eleitoral e membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep), a decisão do plenário do Senado, aprovando a PEC anti-STF, é até inadequada porque o próprio regimento interno do tribunal já alterou esse rito e assim decidiu, limitando decisões individuais. Mas vê uma consequência política.

“É uma sinalização para o eleitorado que deve haver uma contestação em relação ao STF, o que gera uma instabilidade política e ranhuras aos poderes. O STF tem a função de julgar os principais processos do país, os mais polêmicos. Sempre vai agradar alguns e desagradar a outros. Sempre teremos polêmica. Como disse o ministro Barroso, o tribunal não é agente de concurso de simpatia”, disse Almeida.

Rodrigo Pacheco faz dois movimentos ao mesmo tempo: se aproxima de Lula na defesa de uma solução para a dívida bilionária do governo de Minas Gerais com a União, em torno de R\$ 160 bilhões. É uma parceria política contra o governador Raulo Zema, do Novo. Em outra ponta, o senador mineiro articula uma pauta de desinteresse do Planalto, como essa emenda aprovada. E joga o problema no colo do governo, ao arrastar a adesão de seu líder na votação. Nenhum petista está satisfeito

com Jaques Wagner. O presidente da República diz que não sabia que ele votaria nesse sentido.

E Pacheco não quer parar aí. Tem na manga ao menos mais duas tacadas contra o STF, que são as propostas de limitar o mandato dos ministros e também de colocar fim na reeleição para os Executivos, dos cargos de Prefeito ao de Presidente, como disse ao **Correio** no último dia 9. O cientista político André César analisa que Pacheco está mandando um sinal ao Planalto com essas votações contra o STF.

“Acho que o Planalto é seu alvo. Ele encontrou nessa PEC do STF, que estava paradinha lá desde 2021, quietinha, um instrumento de se mostrar politicamente. E saiu vitorioso. E agora está ameaçando simplesmente com uma proposta que acaba com a reeleição. Ainda que ele esteja numa dobradinha com Alcolumbre, visando sucessão no Senado, as pretensões do Pacheco são maiores”, disse César, que comentou o voto do líder do governo.

“É um grande imbróglio. O Jaques Wagner é o parlamentar mais próximo de Lula entre os 594 do Congresso. Agora é ver o preço que Arthur Lira vai cobrar para não se votar isso na Câmara. Isso tudo acontecendo no meio do governo com necessidade de aprovar sua agenda econômica nas duas casas”, completou.

» Entrevista | GRAZIELLE ALBUQUERQUE | JORNALISTA E PESQUISADORA

“Senado se aproveitou do desgaste do STF”

» EVANDRO ÉBOLI

A visibilidade do Supremo Tribunal Federal (STF) que, nos últimos anos, virou alvo de protestos nas ruas e agora entrou na pauta de votação do Congresso Nacional, é parte de um processo que, na verdade, não surgiu no piscar de olhos de um curto período da história. Vem de longe, pelo menos desde a Constituição, e passando por ganhos de poderes que a Corte conquistou nessas décadas. Esse é o entendimento da jornalista Grazielle Albuquerque, doutora em ciência política e mestre em políticas públicas, que acaba publicar o livro *Da lei aos desejos: o agendamento estratégico do STF, da editora Amanuense*. A obra trata de como o STF chegou no noticiário, como se deu esse processo também de se divulgar e o impulso que teve a partir da criação da TV e da rádio Justiça. “Com o tempo, o Supremo foi aprendendo a jogar o jogo midiático, a entrar na mídia”, diz a autora.

No livro, a senhora trata da proximidade da visibilidade do STF, sua aproximação com a sociedade. Como se deu esse processo?

O recorte do livro é de 1988 a 2004, da Constituinte à Reforma do Judiciário, mas traz dados que chegam à antessala do mensalão. Depois vem a Lava Jato e tudo o mais. O que está acontecendo agora não ocorreu num piscar de olhos. É um processo histórico.

Entendo o agora a partir do passado. Estudo tanto a cobertura do tribunal como a profissionalização da sua comunicação. De maneira sintética: estudo como o STF foi aprendendo a jogar o jogo midiático. É uma via de mão dupla: com o aumento do poder político, a sociedade passa a se interessar mais pelo STF e ele não fica inerte a isso, também passa a trabalhar sua imagem.

O que o STF fez para melhorar sua imagem, ou como cuidou dela?

O que eu chamo de agendamento estratégico do Supremo varia com o tempo. No final dos anos 1980 e início dos 1990 a comunicação era com o release, focada no jornalismo, período de criação do comitê de imprensa. Dali em diante, há um movimento de desenvolvimento da assessoria e, além disso, o Supremo muda o enfoque da sua comunicação. Nos anos 2000, o foco sai do jornalismo e vai para a transparência e accountability. Surge a TV e a rádio Justiça, com transmissões das sessões, as discussões no plenário. Hoje, há uma preocupação com a desinformação, o uso das redes sociais e a relação com as big techs. A comunicação do STF acompanha essa lógica do tempo histórico.

Como a sociedade começa a ver o STF?

Começa a ver pelo interesse despertado a partir do aumento do poder político. O 2º capítulo

Carlos Moura/SCO/STF



do livro mostra essa evolução nos anos 1980, 1990 e 2000. O Supremo sai da Constituição como uma corte constitucional, recursal e originária. E, com o tempo, foi angariando poder além do escopo do que a Constituição havia desenhado inicialmente. Temos alguns exemplos: como a Emenda Constitucional 3, que regulamentou a Ação Declaratória de Constitucionalidade. Ou seja, o STF passa a também dizer o que é constitucional, não só o que é inconstitucional. Há também a reforma do Judiciário que criou a súmula vinculante. Com isso, quando se fere uma súmula, é possível reclamar direto ao STF. Significa dizer que se um prefeito do interior descumprir uma súmula, em vez de o processo ficar pingando no fórum, no Tribunal estadual e STJ [Superior Tribunal de Justiça],

ele vai direto ao Supremo. É um quadro que mostra a ampliação do poder político do STF.

A senhora fala em ciclos que envolvem o tribunal. Como são eles?

O que vemos agora é uma explosão, mas vale ver esse desgaste em ciclos. No impeachment da Dilma, por exemplo, onde existia o jargão “com o Supremo com tudo” (a frase famosa do ex-senador Romero Jucá), havia o desgaste com grupos de esquerda que atribuíam ao STF um papel conveniente ao golpe/impeachment. Logo depois, temos a Lava-Jato e aí há um corte. Há uma disputa sobre o que é justiça, se a da Lava-Jato ou a do STF. A Lava-Jato estimula e catalisa uma série de críticas ao STF que vinham desse ciclo anterior. Aí veio um novo momento

de desgaste institucional à direita, um ciclo que chamo de o “Supremo é o povo”, que era o mote usado pelos bolsonaristas nas ruas. Foram manifestações muito explícitas contra o tribunal. O 8 de janeiro foi a explosão, mas é preciso ver como esse sentimento foi se instalando em parte da população. E aí é importante distinguir críticas de ataques. No governo Bolsonaro, saímos das críticas aos ataques ao STF. Houve uma escalada. Você compare com o que houve nos Estados Unidos, na derrota de Donald Trump. A barbárie foi contra o Capitólio, que é o Congresso dos Estados Unidos, onde estão os deputados e senadores eleitos pelo povo. Aqui, além de Congresso e Planalto, atacaram o STF, um poder que sequer tem voto.

O Senado aprovou agora essa PEC que limita o STF. A senhora entende haver algum excesso do tribunal?

O STF começou a reconhecer seu excesso quando a própria ministra Rosa Weber, na presidência do tribunal, fez um esforço para diminuir o poder monocrático dos ministros. Excesso, tem. A decisão colegiada perdeu espaço para a monocrática e o STF começou a reduzir isso de forma tardia. Uma linha histórica mostra que o STF passa a ter um poder muito maior com o tempo. Não é de agora. Há pelo menos um ponto de ampliação de poder da Corte por décadas. E isso não se resolve do dia para a noite. O que vemos agora é uma tentativa do Congresso de limitação, mas ela não é uma tentativa desinteressada. O Congresso entendeu esse desgaste público do STF e está se aproveitando disso.

Serviço:

Da Lei aos Desejos: o agendamento estratégico do STF
Grazielle Albuquerque
Editora Amanuense, 2023.
210 páginas, R\$94,90.
www.amanuense.com.br

A senhora entende haver uma sanha do Congresso contra o STF?

É preciso “desromantizar” isso no sentido de entender que não estamos falando de uma sanha, ou de algo súbito. Na eleição de 2022 se via claramente a presença de bolsonaristas mirando o Congresso, em especial se propondo a conseguir vagas no Senado. Este grupo teve uma atuação forte na aprovação dessa PEC, uma pauta antiga deles (embora não exclusiva desse grupo) que se projeta pós-eleição de 2022. Se é possível ver esse movimento do Congresso, por outro lado, acho que, em muitos aspectos, a PEC está tocando em pontos que o próprio STF já atuava para se conter. O Senado aproveitou o desgaste do tribunal, que não é de agora, para mandar recado. Viu a oportunidade. Acho que, nesse caso, temos uma PEC que reflete mais os interesses do Legislativo do que uma correção de rumos do Supremo. E nem sempre esses dois lados da equação se equivalem. É preciso ter em mente que não se resolve um processo de reequilíbrio histórico entre Poderes de forma casuística.